



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial Rural: campos de articulação dos arranjos sócio-produtivos.**

Armando Lirio de Souza<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará  
armandolirio@yahoo.com.br

**RESUMO:** Pretende-se discutir a possibilidade de articulação da temática economia solidária e a abordagem do desenvolvimento territorial. Observa-se em um conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, por meio dos vários ministérios, a articulação dessas temáticas no conteúdo das ações estratégicas de inovação institucional.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Economia Solidária. Desenvolvimento. Território.

### **Introdução**

A conjuntura contemporânea da política pública do governo brasileiro assume conotações de aprofundar o combate às desigualdades sociais por meio de ações no campo da inclusão produtiva e do fortalecimento das transferências sociais. Nesse sentido, a temática economia solidária assume relevância por se tratar de um campo de experimentação com ações voltadas para as populações de baixa renda e em alto grau de vulnerabilidade social. Em 2010, com a realização da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) o movimento social da economia solidária sinalizou para a constituição de um aparato de estado apropriado com o objetivo de reivindicar a instalação de um Ministério da Economia Solidária. Essa trajetória de pressão e articulação do movimento social sobre os governantes brasileiros para a criação de instâncias estatais para dar conta de políticas públicas inclusivas tem sido uma constante no país, a exemplo do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), Pró-Ambiente e outros.

O grande desafio dessas propostas foi ganhar envergadura e possuir uma base de apoio social forte. Este parece ser o desafio da economia solidária. No entanto, observam-se avanços

---

<sup>1</sup> Economista, professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES-NAEA-UFPA), Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-FE-PGDR), vice-líder do Diretório de Pesquisa do CNPq Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia (GPTDA), bolsista CNPq e membro da Coordenação Acadêmica do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES/ICSA/UFPA).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

2

nessa articulação, principalmente quando a ação pública de economia solidária começa a ganhar fôlego de interiorização<sup>22</sup>. Esse é o grande desafio para política pública no Brasil, principalmente devido ao seu caráter continente. Como chegar aos rincões, ao *interland* e as querências? No Brasil, principalmente na Amazônia a ausência do Estado é uma marca ainda cristalizada. Isso resulta em violência no campo, precariedade na infraestrutura social, péssimos indicadores sociais de educação, saúde e ambientais. Portanto, pensar a inovação institucional e criar uma identidade territorial se tornar um dos elementos cruciais para a formulação de políticas públicas no país.

Essas reflexões estão presentes neste breve texto, ainda em construção. Na busca de atender as mais diferenciadas questões hoje apresentadas para a economia solidária, tentou-se organizar em três sessões o artigo para iniciar uma articulação entre os aspectos conceituais ou de natureza da economia solidária, uma discussão inicial sobre sua transição de movimento social para ação pública e a possibilidade de se pensar a articulação economia solidária e abordagem territorial. Neste caso, não como panaceia ou modismo, mas pensar seu potencial de capilaridade e fortalecer as bases de sua consolidação enquanto políticas públicas ou mesmo como outra metodologia de conceber a ação pública no Brasil, distante das práticas corporativas, departamentais e de feudos. Viabilizar realmente a ação pública conforme preconiza Habermas, ou seja, repensar o público através da sociedade por meio de novas formas de gestão pública e representação social (CUNILL GRAU, 1998). Esta pode ser uma questão orientadora para se pensar a inovação institucional no âmbito da economia solidária.

## 1 A Natureza da Economia Solidária

---

<sup>22</sup> Observa-se nas experiências no âmbito do projeto Brasil Local esse objetivo por meio dos agentes locais de desenvolvimento. Em 2011, na última reunião do Conselho Gestor do Centro de Referência da Amazônia uma das conclusões foi perceber o avanço na interiorização das ações do CFES Amazônia. Algo que não estava previsto no termo de referência do projeto, pois havia uma concepção de executar o projeto a partir das capitais brasileiras. No entanto, apesar dos obstáculos financeiros e institucionais, foi possível criar uma engenharia financeira e operacional que possibilitou a realização de ações do CFES Amazônia em cidades como Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia no Acre, Abaetetuba, Castanhal, Igarapé-Miri, Jacundá, Mocajuba, Moju, Santarém, Xinguara no Pará, Santana no Amapá. É importante ressaltar que essa experiência tanto no Estado do Pará, como no Acre e Tocantins possui uma base metodológica na abordagem territorial, pois as ações são desenvolvidas levando em consideração os territórios rurais e os territórios da cidadania. Portanto, as ações de formação não são municipais, mas territoriais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

3

Afinal o que é Economia Solidária? Trata-se de uma ação comunitária/associativista e atitudes de filantropia e caridade? Pode ser apresentada como uma estratégia de arranjos sócio-produtivos locais ou uma forma diferente de fazer a economia e o desenvolvimento? Qual a sua natureza institucional? Normalmente, a tarefa de tentar definir Economia Solidária é um tanto árdua. Há definições que vinculam sua origem aos princípios do socialismo utópico e outras enfatizam sua manifestação como um fenômeno novo, decorrente do processo de desestruturação do mundo do trabalho ou o advento de um novo mundo do trabalho (CHANIAL; LAVILLE, 2006). Ora, as vertentes teóricas citadas e outras, normalmente partem do referencial da crise do mundo do trabalho industrial ou da sociedade industrial ou “[...] experiências solidárias na perspectiva da autogestão” (EID, 2003, p. 5). No entanto, essa dimensão explicativa não seria suficiente para alcançar as práticas de solidariedade comunitárias, presentes em “sociedades não industriais” ou com a reduzida presença do assalariamento. Portanto, a economia solidária não pode se restringe a uma visão de alternativa de emprego ou de trabalho e renda. Muitas vezes elementos culturais, a trajetória do trabalho e a subjetividade, como o fortalecimento da autoestima, fazem parte do contexto daquilo que se denomina de “empreendimento de economia solidária<sup>3</sup>”. Ou seja, o caráter empreendedor ultrapassa a noção econômica e de gestão, portanto, a racionalidade social assume importância (EID, 2003). Isso amplia consideravelmente o significado ou a noção de economia solidária.

Uma importante reflexão sobre o sentido da economia solidária está presente em Leite (2009) que nos permite superar as interpretações reducionistas sobre o caráter efêmero e fugaz das experiências de economia solidária. Ao apresentar a amplitude do fenômeno, destaca a

---

<sup>3</sup> A dimensão dos empreendimentos econômicos solidários (EES) ultrapassa qualquer possibilidade de análise reducionista ou de tipologias. Um único exemplo como as ações de incubação do Programa Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES) da Universidade Federal do Pará (UFPA), já é o suficiente para apresentar a complexidade das experiências de economia solidária. Ao longo de quase 11 anos de existência, o PITCPES realizou processo de incubação e assessoria com grupos dos segmentos de transtorno mental (cooperativas especiais), agricultura familiar, coleta e reciclagem, grupos de mulheres, cooperativas de produção, cooperativas de serviço, grupos de artesanato, pescadores, grupos afro-religiosos e grupos de ourives (gemas e joias). Caso seja, realizado um levantamento junto ao Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) e ao PROEXT-MEC, será possível ampliar tranquilamente essa breve caracterização dos EES tanto no campo da incubação como no campo tecnologia social. As experiências das Organizações Não Governamentais como FASE, Caritas e Instituto Marista e outras de cunho regional e local revelam ser ainda mais desafiadora a capacidade das assessorias e Universidades pública brasileiras em atender as demandas dos EES.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

4

possibilidade de ser “portadora de uma capacidade de transformação social?” (LEITE, 2009, p. 33). Segundo Eid (2003), é necessário ressaltar o caráter de resistência presente nas experiências de economia solidária, assim como, pode-se destacar sua contribuição para gera “[...] um novo entendimentos da vida social e uma postura crítica diante das relações de poder” (ASSEBURG; GAIGER, 2007, p. 500). Em suma, essas referências permitem colocar o arcabouço explicativo sobre o sentido da economia solidária em um patamar superior de análise, pois avança na identificação de um movimento sócio-produtivo, cuja repercussão econômica, social, cultural e ambiental ainda está longe de ser compreendida. Neste momento, o principal desafio da economia solidária é ter uma identidade. Seja na relação com outros movimentos sociais, a exemplo da agricultura familiar, seja na definição de sua posição na estrutura do Estado brasileiro (marco legal, carreira de Estado e estrutura descentralizada).

Ao ser criada em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi inserida no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esta posição na estrutura do Estado nem sempre foi tranquila, pois se trata de um órgão do governo que atua no campo da qualificação profissional e na intermediação de mão-de-obra. Portanto, atende as demandas do trabalhador assalariado e do trabalhador desempregado, que acessa seguro desemprego. Comumente, a justificativa para esta posição desconfortável da SENAES, naquele momento da criação, deveu-se a fragilidade política em apontar uma melhor condição de estruturação de uma política pública de economia solidária. Ora, passaram-se oitos anos do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e a SENAES continuou atrelada ao MTE<sup>4</sup>. Apesar disso, foi possível desenvolver ações de articulação da economia solidária em todo o território nacional. No entanto, essa posição no governo federal apresentou sinais de esgotamento, pois na 2ª Conferência Nacional de Economia

---

<sup>4</sup>Houve tentativa de descentralizar a ação pública de economia solidária por meio das antigas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) hoje Superintendências do Trabalho. No caso da Amazônia, esta experiência não teve sucesso, pois poucas superintendências se envolvem diretamente nos projetos de economia solidária, salvo as Superintendências do Trabalho do Amazonas e do Amapá que participam do Conselho Gestor do Centro de Formação em Economia Solidária da Amazônia e apoiam outros projetos. Apesar dessas articulações, nem sempre as relações são tranquilas, pois envolvem concepções diferenciadas de como conduzir a ação pública de economia solidária.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

5

Solidária (CONAES), realizada em 2010, foi aprovada pelos delegados a proposição de apoio à criação do Ministério da Economia Solidária<sup>5</sup>.

Independentemente da conjuntura política contemporânea, no campo institucional a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) assumiu a seguinte definição de economia solidária no âmbito do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES): “[...] é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviço, poupança e crédito – organizada e realizada solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária” (ATLAS..., 2009, P. 17). Dessa forma, “Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas” (BRASIL, 2011a). Observa-se na definição do MTE/SENAES um caráter amplo e muitas vezes difuso sobre o

---

<sup>5</sup> No início de 2011, as articulações políticas no interior do governo Dilma Rousseff indicavam a possibilidade de ser criada uma Secretaria Especial de Economia Solidária com *status* de ministério. Contudo, o movimento social da economia solidária e a própria direção da SENAES foi surpreendida pela apresentação de um projeto de Lei (PL 865) na Câmara Federal que desloca a SENAES do MTE e a transforma em uma secretaria da futura Secretaria Especial da Pequena e Média Empresa. À primeira vista, algo esdrúxulo, porém compatível com uma linha de governo pautado na gestão eficiente e, para surpresa de muitos, defendida por alguns atores sociais que atuam no campo da economia solidária no Brasil. Contudo, este modelo já foi aplicado pelo Governo do Rio Grande do Sul com a criação da Secretaria Estadual de Economia Solidária e de Apoio à Micro e Pequena Empresa, cujo titular é do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste momento, o alerta principal poderia estar na interpretação de Carleial & Paulista (2008, p.1) ao afirmar que: “[...] a economia solidária não se constitui numa utopia transformadora; ao contrário, ela se aproxima, no Brasil, de uma política de controle social da pobreza”. Acredita-se que esse tipo de interpretação assume relevância, caso a economia solidária seja compreendida pelos atuais mandatários do governo federal somente como um instrumento da política de combate a erradicação da miséria ou mais um braço da cristalizada política de transferência de renda. Em momentos diferentes, Eid (2003) e Corragio (2007) chamaram a atenção ao perigo da predominância do viés assistencialista ou de “políticas para os pobres” ou na melhor expressão keynesiana, políticas anticíclicas. Trata-se de uma discussão inconclusa, mas que colocou a economia solidária em uma posição de destaque seja pela mobilização nacional realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) para pressionar o governo federal e reivindicar um projeto compatível com a identidade da economia solidária seja pela mobilização no interior da Câmara Federal por meio da criação de um Frente Parlamentar da Economia Solidária e a repercussão em alguns parlamentos estaduais. Na verdade, a perspectiva em relação à economia solidária, na nova década, era a consolidação de uma agenda pública em um patamar superior, em face da experiência dos oito anos de governo. No entanto, observa-se fragilidade na execução dos vários projetos e o próprio caráter de transversalidade e dispersão assumida pela temática no governo federal. Por exemplo, isso enfraqueceu a constituição de instrumentos de avaliação e controle social, ou mesmo de uma carreira de Estado, com representação nas unidades da federação e possíveis instâncias nas estruturas de governos municipais. De certo modo, observa-se como algo comum nos estados e municípios, em que existiram experiências de ações públicas de economia solidária, que prevaleceu o caráter efêmero e a descontinuidade, principalmente quando ocorreu mudança político-partidária no comando dos governos. Ou seja, a economia solidária não se consolidou como uma política de Estado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

6

conceito de economia solidária. No entanto, é bastante evidente o sentido ideológico e sua adequação a outras questões como sustentabilidade, questões ambientais e de gênero.

À priori, pode-se afirmar que se trata de um conceito em construção, portanto, bastante suscetível às influências institucionais e organizacionais. No campo acadêmico, as teses mais respeitadas possuem centralidade no trabalho coletivo, pois nem sempre as práticas autogestionárias são passíveis de concretude ou mesmo as experiências que se autodenominam ou são denominadas de economia solidária, por possuírem práticas de autogestão, podem ser caracterizadas de imediato como EES. Isso requer observações e estudos para qualificar melhor a própria expressão organizativa da economia solidária. Uma tese importante encontra-se em Coraggio<sup>6</sup> (2007):

No se trata de una forma de economía caritativa o solo de pobres reducida meramente a programas sociales, sino de una economía con un profundo sentido político, porque supone una redistribución del poder y outra forma de ejercicio del mismo. Se subvierte la centralidad absoluta de la lógica económica neoliberal, por outra, donde lo económico y lo social no se subordinan el uno a expensas del outro, son mutua y simultáneamente interdependientes y la política interviene conscientemente en el interior de las estructuras de las relaciones de poder para transformarlas hacia una sociedad centrada en el trabajo libremente asociado y orientado por el principio de reproducción ampliada de la vida de todos, con un pleno desarrollo de las capacidades de las personas y sus comunidades (CORAGGIO, 2007, p. 21)

Em suma, percebe-se que esse tipo de abordagem permitiria convergir para a constituição de diretrizes norteadoras da política pública de economia solidária, porque, ao defender o princípio de reprodução ampliada da vida se baseia: a) em preceitos constitucionais de

---

<sup>6</sup> O referido autor apresenta a economia solidária teoricamente no âmbito da teoria da transição. Dessa forma, desenvolve sua abordagem pautada em outra economia. Os principais pontos discutidos por Coraggio (2007) seriam: a) Economia do Trabalho como alternativa utópica efetivamente racional, oposta as utopias da economia do capital e da economia pública em função da acumulação de poder particular; b) A Economia social como programa consciente de ação coletiva que enquadre as práticas que vão impulsionando e articulando distintas variáveis de organização econômica autônoma ao capital e ao poder como domínio, organicamente solidária em um projeto de transformação sistêmica; c) A Economia Solidária como vertente ideológica que impulsiona diversas correntes e movimentos sociais de base na América Latina, orientada fundamentalmente aos mais pobres; d) As diversas formas e práticas concretas de produção e consumo e de organização em redes que vão gerando e adotando a economia popular a nível micro e mesoeconômico, como os micro empreendimentos e as pequenas unidades domésticas, hortas comunitárias, associações, cooperativas, redes de intercâmbio, feiras, redes de produção e comercialização locais e regionais, redes de comércio justo e de consumo responsável, mercado solidário com moeda social própria, comunidades auto-organizadas, habitações autoconstruídas, empresas públicas e privadas recuperadas, etc.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

7

garantia aos cidadãos e cidadã do direito a uma vida digna; b) objetiva a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia; c) defende a promoção e ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda; d) reconhece e fomenta as diferentes formas organizativas da economia popular solidária, assim como, orienta para a criação de mecanismos legais que viabilizem o acesso ao crédito e ao fundo público; e) orienta para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental; f) sustenta a promoção da integração e da intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária no e entre os entes federados do Estado; g) e finalmente, visa o fortalecimento e estímulo a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária (CORAGGIO, 2007).

Em certo sentido, o significado multidimensional da temática economia solidária permite sua articulação com outras políticas públicas. Atualmente, segundo o Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), há 21.589 EES no Brasil. Um número expressivo, caso os EES sejam considerados como potenciais demandantes por políticas públicas econômicas e sociais. Os EES atuam em diversas atividades econômicas: associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas, feiras, fundos solidários, etc. A principal área de atuação do ponto de vista territorial dos EES<sup>7</sup> tem sido exclusivamente a área rural (48%), mas com forte presença nas áreas urbanas (35%), além disso, há uma atuação mista entre urbano e rural (17%). A compreensão do significado do movimento da economia solidária requer apreender sua formação histórica e reinterpretar sua contemporaneidade, por isso, inseri-la em conjunto com a abordagem do desenvolvimento territorial poderá ser uma estratégia de fortalecimentos de ações intersectoriais e territoriais. Sem dúvida nenhuma, essa abordagem é bastante superior ao simplificado sentido de “empreendedorismo” ou “empreendedorismo social”.

---

<sup>7</sup> Na Região Amazônica a distribuição por área de atuação é a seguinte: 51% rural, 30% urbano e 19% rural e urbano.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

8

## **2 A Transição de Movimento Social para a Construção da Política Pública de Economia Solidária.**

Pode-se afirmar que os fundamentos e princípios da economia solidária, assim como a perspectiva de indicação de processos organizativos para a constituição da política pública de economia solidária de abrangência nacional estão presentes nos documentos das Plenárias Nacionais de Economia Solidária. Entre 2002 e 2006, foram realizadas quatro plenárias nacionais<sup>8</sup>. À primeira vista, observa-se no conteúdo dos documentos elaborados pelo movimento social da economia solidária a definição de princípios e diretrizes preocupados com a constituição de um conceito ou concepção de economia solidária. Por exemplo, em termo geral, o documento da 1ª Plenária de Economia Solidária possui a característica de apresentar um conteúdo mais filosófico e de afirmar como uma carta de princípio, contudo neste documento já há indicação de orientações sobre a formatação da política pública de economia solidária para a nova gestão de governo que se instalará no Brasil, a partir de 2003. Uma das orientações era “Garantir centros de referência públicos”.

Segundo essa proposição, os Centros de Referência Públicos se tornariam pontos de disseminação e sensibilização dos trabalhadores para a temática da economia solidária por meio de cursos e oficinas. Por um lado, havia a preocupação com a estruturação de uma política de formação “[...] como forma de sensibilizar os trabalhadores desempregados para alternativas de trabalho coletivas e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário [...]”. Contudo, observa-se a orientação para aspectos

---

<sup>8</sup> A mobilização social em torno da Economia Solidária se inicia com a oficina economia popular e solidária e autogestão no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano de 2001. Isso gerou o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro). Em 2002, realizou-se a 1ª Plenária de Economia Solidária com o tema: “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. No ano de 2003, foram realizadas a 2ª Plenária Nacional de Economia Solidária e a 3ª Plenária de Economia Solidária. Esta última resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Logo em seguida, os EES realizaram o 1º Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, no ano de 2004. Em 2008, houve a 4ª Plenária do FBES com o tema: “Por um novo modelo de organização da Economia Solidária”. Em suma, está é a trajetória da mobilização social da economia solidária, cujas discussões e documentos orientadores influenciaram decisivamente o formato das ações governamentais de economia solidária, não somente por ações da SENAES mais também com articulações de outras secretarias nacionais e ministérios como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC) e órgão como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Financiadora de Projeto e Pesquisa (FINEP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil (FBB).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

9

relacionados à assistência técnica em economia solidária, pois previa “[...] estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades dos trabalhadores se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados, etc”. Recuperar esses fundamentos é crucial para compreender algumas das principais limitações de uma ação pública de economia solidária, como por exemplo, os Centros de Formação em Economia Solidária<sup>9</sup> (CFES), pois a ausência de uma articulação entre formação e assistência técnica corre o risco de restringe os resultados da política muito mais ao campo da sensibilização.

No ano de 2004, em artigo no jornal Folha de São Paulo, o professor Paul Singer apontava como dilemas da economia solidária a mudança de governos municipais e a possibilidade de não haver continuidade das ações públicas de economia solidária desenvolvidas em alguns municípios brasileiros, como foi o caso da Gestão Popular em Belém do Pará (O DILEMA..., 2004) Anteriormente, Eid (2003) definia os seguintes desafios economia solidária: a formação continuada, a intercooperação, a responsabilização com o projeto coletivo e a conquista da autonomia. Em seguida, propôs quatro instrumentos de políticas públicas: formação; política de crédito; gestão e acompanhamento; e, a construção de Distritos de Economia Solidária (EID, 2003). Conclusivamente, isso seria a indicação para se compreender o significado da oportunidade histórica de construir um movimento social amplo e democrático. Ao longo de oito anos, foram estruturadas ações governamentais a partir da SENAES, cujo conteúdo teve forte influência do FBES e de várias entidades de assessoria como a Rede Unitrabalho, a Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs), a FASE Nacional, Cáritas, Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), a Unisol Brasil e outras.

Essa mobilização gerou pelo menos nove programas: fomento e assistência a empreendimentos econômicos e solidários e redes de cooperação de economia solidária (cadeia produtiva do algodão ecológico; cadeia produtiva do mel; cadeia de coleta de materiais

---

<sup>9</sup> Em 2009, iniciou a instalação dos CFES's nas cinco Regiões brasileiras. O Centro de Formação em Economia Solidária da Amazônia é coordenado por um arranjo institucional que envolve a Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Estadual do Tocantins, Superintendência do Trabalho do Amazonas e do Amapá e os Fóruns Estaduais de Economia Solidária do Estado do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

10

recicláveis; cadeia produtiva da música independente); promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário (projeto Brasil Local com atuação em 687 EES e abrangendo aproximadamente 42 mil trabalhadores em 119 municípios e nas 26 unidades da federação com o envolvimento de pelo menos 510 agentes locais); fomento a finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários (bancos comunitários e fundos rotativos solidários); formação de formadores (as), educadores (as) e gestores públicos para atuação em economia solidária (Centro de formação em economia solidária; economia solidária e qualificação profissional; economia solidária e Educação de Jovens e Adultos); organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos e solidários (feira de economia solidária e agricultura familiar; sistema nacional de comércio justo e solidário); estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária (Centros Públicos de economia solidária com possibilidade de instalar 21 unidades e de articular 12 prefeituras e dois governos estaduais); recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão; fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários (PRONINC – apoio para 40 incubadoras universitárias); apoio na elaboração do marco jurídico da economia solidária (BRASIL, 2011a).

Na atualidade, o grande desafio da economia solidária é se tornar uma política ampla, capaz de envolver vários segmentos político-partidários, mas principalmente possuir maior capilaridade na sociedade brasileira, ser reconhecida enquanto uma ação capaz de estabelecer novos princípios de sociedade e novas formas de produção e consumo. Esse conjunto de ações públicas, elencado anteriormente, representa a capacidade da mobilização nacional do movimento social da economia solidária em orientar as ações públicas de economia solidária no Brasil. Contudo, esse esforço não tem sido suficiente para dar visibilidade econômica e social aos EES. Desde 1996, há uma iniciativa importante por meio das Universidades públicas brasileiras em fomentar a criação das incubadoras universitárias de EES ou Incubadoras de Cooperativas Populares. Esse movimento ganhou força novamente, a partir de 2006, com o relançamento do PRONINC e sua legitimação pelo Decreto Lei nº 7.357 de 17 de novembro de 2010. Existem no Brasil pelo menos 100 incubadoras universitárias. São experiências no campo da incubação de EES das mais variadas matizes conceituais e aplicadas que envolvem estudantes de graduação,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

11

técnicos e docentes das Universidades. Nesse momento, considera-se como uma das mais importantes referências da ação de assistência técnica ou assessoria em economias solidária<sup>10</sup>, ou um termo mais adequado assistência técnica em nível de extensão universitária<sup>11</sup>. Dar coordenação e eixo a esse conjunto de experiências de ação pública de economia solidária é o grande desafio da estrutura institucional a ser criada para os próximos anos. Isto poderá garantir *status* de política pública para a economia solidária.

---

<sup>10</sup> O grau de importância das incubadoras universitárias no Brasil pode ser mensurado no último resultado do Edital do Proext-MEC-2011. O orçamento do MEC para 2012 irá destinar R\$ 75 milhões para a extensão universitária no país. Em relação à linha temática geração de trabalho e renda por meio do apoio e fortalecimento de empreendimentos econômicos e solidários, foram aprovados 121 programas e projetos. Isso significa um aporte de aproximadamente R\$ 10 milhões para a incubação e assessoria de EES com o envolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e de algumas Universidades Estaduais. No ano de 2010, o Proext-Mec financiou na temática de economia solidária 50 projetos de 27 IFES com um volume de recurso na ordem de R\$ 3.323.414 (BRASIL, 2011b). Este crescimento virtuoso pode ser ainda maior se forem avaliados com maiores detalhes os programas e projetos aprovados nas temáticas de desenvolvimento rural, redução das desigualdades e promoção da inclusão produtiva, erradicação da pobreza, pesca artesanal e aquicultura familiar. Sem dificuldade, o volume destinado para os EES é superior a R\$ 15 milhões. A questão a ser colocada neste momento, é como funcionará o controle social e avaliação desse conjunto de projetos, a partir da participação do Conselho Nacional de Economia Solidária, FBES e fóruns Estaduais e municipais de economia solidária e da própria SENAES? Esses mecanismos não estão claros, por isso o caráter de transversalidade da ação pública de economia solidária ou sua dispersão pode ser uma armadilha para sua consolidação como política pública, pois dar a sensação que: “é de tod@s, mas não é de ninguém”. Isso requer centralidade e coordenação.

<sup>11</sup> No âmbito do PITCPES da UFPA tem se travado um debate sobre a categoria assistência técnica. Trata-se de uma preocupação em compreender a natureza institucional das Universidades brasileiras e seu papel na extensão universitária. Observa-se que atualmente a maior reivindicação do movimento social da economia solidária é a definição de uma política de assistência técnica em economia solidária. A conclusão é a seguinte, não basta apenas formação. Os EES querem ter acesso à tecnologia e receber orientações técnicas sobre processos administrativos, processos e práticas de comercialização e métodos produtivos sustentáveis. Contudo, isso requer acompanhamento continuado, assim como uma formação continuada. Qual a capacidade operacional, de recursos financeiros e de pessoal das incubadoras universitárias em atender essa demanda altamente qualificada? A grande maioria das incubadoras universitárias vive da captação de recursos externos (editais e outros apoios institucionais) e não possuem instalações físicas adequadas e nem pessoal técnico permanente suficientemente envolvido para atender ao aumento das demandas dos EES. Esse conjunto de dificuldades e limites não garante continuidade nas ações de incubação, pois são ações por projetos. As equipes mobilizadas pelas incubadoras universitárias são efêmeras, porque se trata de bolsista de graduação, técnico contratado por projetos, corpo docente que precisa dar conta da sua formação acadêmica e das mais variadas atividades no campo da graduação, pesquisa, pós-graduação e outras. Portanto, não é de bom alvitre, considerar as incubadoras universitárias como uma estrutura de carreira do Estado voltada para a assistência técnica. Trata-se, de acordo com a natureza institucional da Universidade Pública brasileira, de um campo de formação de pessoas e um laboratório de experimentação de práticas inovadoras de gestão social e tecnológica, neste caso no âmbito da economia solidária. A experiência de mais de uma década do PITCPES é representativa enquanto contribuição na formação técnico-científica de profissionais que após intenso aprendizado passaram a atuar em outras instituições de ensino superior, em órgãos governamentais e não governamentais. Portanto, as incubadoras universitárias cumprem seu papel na articulação ensino, pesquisa e extensão.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

12

### **3 A Estratégia de Articulação da Economia Solidária com a Abordagem do Desenvolvimento Territorial Rural.**

Em 2003, o governo brasileiro introduz de maneira decisiva no âmbito das políticas públicas a abordagem territorial, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PDSTR), a ser executado pela recém-criada Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>12</sup> (MDA). Por um lado, nota-se a pretensão da abordagem territorial enfrentar três desafios: aprimorar a integração das políticas setoriais; fazer com que o meio ambiente não seja mais a exclusividade de um só ministério e sim uma preocupação de todas as políticas setoriais<sup>13</sup>; e concretizar uma política de planejamento regional e territorial. Por outro lado, segundo Abramovay (2007) há virtudes na noção de território, pois: seria fundamental para o abandono da visão setorial; permitiria uma compreensão multidimensional das possibilidades de desenvolvimento; estimularia mecanismos de governança pública inovadora; e, introduziria a problemática do uso e reprodução dos sistemas naturais. Portanto, trata-se de uma temática de grande abrangência conceitual e de relevância central para a inovação institucional.

Simultaneamente, é criada a SENAES do MTE para apoiar e ampliar as ações de economia solidária (SINGER, 2009), cujo conteúdo é originário das várias reuniões do Fórum Social Mundial (FSM) iniciadas em 2001 na cidade de Porto Alegre, da 1ª Plenária Nacional de

---

<sup>12</sup> Segundo Veiga (2003) há no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – 2001/2002 referências a territorialidade, entretanto, não houve efetividade de ações nos ministérios para a consolidação da abordagem territorial.

<sup>13</sup> Bonnal (2007) identifica programas e projetos em outros ministérios que também estão articulados com a noção territorial: PROAMBIENTE e o Programa Gestão Ambiental Rural - GESTAR ou Agenda 21 locais no Ministério do Meio Ambiente - MMA; o Programa Arranjos Produtivos Locais (APL) do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio - MDIC; por fim, o Plano Safra que envolve o MDA e o MDS. Portanto, criou-se um aparato institucional na esfera federal para definir as diretrizes e programar o processo de instalação dos territórios rurais nas grandes regiões do país. Outra iniciativa de abrangência territorial foi o Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD no âmbito do Programa Fome Zero no Ministério do Desenvolvimento Social (ORTEGA & MENDONÇA, 2007).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

13

Economia Solidária realizada em 2002 em São Paulo, das experiências governamentais na esfera municipal, particularmente nos municípios de Porto Alegre-RS, Belém-PA (Gestão Frente Popular -1997-2004<sup>14</sup>), Santo André-SP, Recife-PE e São Paulo-SP, e na esfera estadual nos anos 90 no governo do Rio Grande do Sul (PRAXEDES, 2009). Observa-se uma maior capilaridade da ação pública de economia solidária no Brasil, no entanto, sua institucionalização ainda é lenta e residual.

Atualmente, podem ser citadas importantes iniciativas governamentais na esfera estadual: o governo do Estado do Pará possui um departamento de economia solidária (DECOSOL) no interior da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SETER)<sup>15</sup>; o governo da Bahia<sup>16</sup> também possui ações de fomento à economia solidária (PRAXEDES, 2009). Esta situação relembra os dilemas da economia solidária apontados pelo prof. Paul Singer ( O DILEMA..., 2004) quando alerta sobre a não continuidade e frágil institucionalização das políticas de economia solidária no interior da gestão pública. Outro dilema de cunho político-partidário poderia ser acrescentado: tornar-se uma política estritamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT), vide governo federal e os dois exemplos citados, governo do Estado do Pará e governo da Bahia. Isso limita bastante a possibilidade de torná-la uma política de Estado.

Inicialmente, as ações governamentais no campo do desenvolvimento territorial e da economia solidária assumiram características setoriais. Nos últimos anos, é possível observar

---

<sup>14</sup> Neste período, foi criado o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, por meio da Lei Complementar nº 1 de 20 de outubro de 1997. Este dispositivo fundamentou a organização do Banco do Povo (SOUZA; BARBOSA; REIS, 2009).

<sup>15</sup> Em 2008, a SETER promoveu o financiamento de um projeto de Incubação articulado com o Programa Bolsa Trabalho para a criação de EES no Estado do Pará com a participação da UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O orçamento inicial era da ordem de R\$ 6 milhões e envolvia ações na Região Metropolitana de Belém (RMB), Região de Marabá e Região do Baixo Amazonas (município de Santarém).

<sup>16</sup> Em 2010, o Governo do Estado da Bahia por meio da Companhia de Desenvolvimento Regional (CAR) da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) com o apoio de outras secretarias estaduais e do BNDES e do Banco do Nordeste (BNB) lançou o edital de apoio a empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 10 milhões sendo composto de 50% de recursos do Fundo Social do BNDES e de 50% do Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Pobreza do Estado da Bahia\FUNCEP – Tesouro do Estado. O edital previa financiar 70% de projetos na faixa de até R\$ 170.000 e 30% com valores de até R\$ 400.000. Um detalhe importante deste edital é que o apoio financeiro tinha caráter não reembolsável e financiava construção civil e aquisição de máquinas e equipamentos (BAHIA, 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

14

algumas proposições e movimentos institucionais no sentido de convergência como o objetivo de formatar estratégias de ações integradoras para o desenvolvimento (SOUZA; FELIPPI, 2008). Nesse sentido, considera-se importante, no campo dos sistemas participativos e com grande apelo de mobilização social e institucional, a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de 2007 (BRASIL, 2007). Dessa forma, sob a liderança do Conselho Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural (CONDRAF), ratificou-se, nesta conferência, a possibilidade de articulação e integração das políticas públicas de desenvolvimento territorial e economia solidária. Um passo importante para romper ou pelo menos estimular os debates sobre experiências e modelos de gestão pública multidimensional.

No campo da economia solidária, em 2008, o FBES promoveu a 4ª Plenária Nacional de Economia Solidária, contudo, percebe-se a abordagem territorial com um papel bastante residual na estratégia de ação proposta pelos FBES. Identifica-se uma referência ao território nas palavras-chave sobre o eixo temático desenvolvimento como “fortalecimento territorial”, mas com uma conotação setorial, pois conduz a uma visão de “[...] identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária por parte dos consumidores [...]” (FBES, 2008, P. 13). Assim, preconiza o território como campo de desenvolvimento de “[...] cadeias de curta produção, comercialização e consumo” (FBES, 2008, p.13). Portanto, uma visão bastante limitada e produtivista. Isso demonstra a necessidade de aprofundar nas formações promovidas sobre economia solidária pela SENAES, ONG’s e as demais esferas governamentais a temática territorial ou a abordagem territorial.

#### **4 Considerações Finais.**

Na verdade, mesmo tendo assumido uma visão de transversalidade na articulação com pelo menos 22 ministérios (SINGER, 2009) a economia solidária ainda precisa ser mais bem apreendida e compreendida tanto pelos gestores públicos, como pelas lideranças do movimento social urbano e rural, pelas instituições de ensino e pesquisa e pelos demais segmentos da sociedade brasileira, particularmente pelos sujeitos da própria economia solidária. Conforme,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

15

Singer (2009) os esforços iniciais da SENAES viabilizaram diversas atividades de formação em economia solidária para gestores públicos e vários outros segmentos da sociedade.

Uma leitura superficial poderia indicar que essas iniciativas não teriam sido suficientes. Ledo engano, pois, trata-se de uma tarefa de grande envergadura e complexidade. Além de exigir uma formação continuada e transversal requer atenção da variável política e institucional. Nesse sentido, um dos grandes dilemas da economia solidária é superar a marca político-partidária e se apresentar para o conjunto da sociedade brasileira como uma proposição capaz de contribuir, por meio de suas experiências em andamento, em substrato de um modelo de desenvolvimento econômico e social com justiça social e cidadania. Assim, poderá superar os limites pautados no resgate social de populações marginalizadas, uma economia para os pobres ou de caridade. Portanto, trata-se de uma “[...] parte integrante da realidade brasileira” (SINGER, 2009, p. 45), ou seja, não pode ser simplesmente ignorada, entretanto, precisa ser interpretada historicamente para que sejam compreendidas suas potencialidades e papel no desenvolvimento brasileiro.

Observa-se continuidade de ações da SENAES com o objetivo de ampliação e institucionalização da política pública de economia solidária. Atualmente, a maior expectativa da política de formação reside nos resultados dos CFES's nas cinco regiões brasileiras e do Centro Nacional em Brasília. Além disso, o programa Brasil Local se apresenta como uma proposta de fortalecimento das ações de desenvolvimento local, por meio dos agentes de desenvolvimento solidário, voltado para a organização dos empreendimentos de economia solidária (SINGER, 2009). Outro campo de atuação se concentra principalmente nas Universidades públicas brasileiras por meios das incubadoras universitárias, articuladas pela Rede Unitrabalho e Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCP's), fomentadas PRONINC.

Em um sentido ainda mais amplo, Praxedes (2009) identifica as ações de economia solidária junto ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como experiências no interior do governo federal com repercussões na sociedade, ou nos seguimentos da agricultura familiar e nos demais beneficiários das políticas. Ratifica-se nestas duas ações governamentais a articulação economia solidária e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

16

desenvolvimento territorial rural como uma política de apoio e consolidação dos arranjos sócio-produtivos locais. Em suma, há um movimento de massificação das ações de economia solidária e formação de empreendimentos de economia solidária, no entanto, o grande desafio é qualificá-los. Por exemplo, os quase 22 mil empreendimentos de economia solidária, majoritariamente rurais, registrados no Atlas da Economia Solidária ainda precisam ser mais bem analisados e caracterizados, pois podem não expressar de maneira tão direta os princípios construídos pelo movimento da economia solidária. Ou seja, no estágio atual a economia solidária não pode correr o risco de ser somente um quantum.

## 5 Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 19-38.
- ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante das Desigualdades. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 50, no 3, 2007, pp. 499-533.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007. ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional. Edital nº 01\2010 – Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários e da Agricultura Familiar, 26p, 2010.
- BONNAL, Philippe. Territorialidade, sustentabilidade, e desenvolvimento: conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios. Artigos mensais do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, n. 7, setembro, 2007. Disponível em [www.ufrj.br/cpda](http://www.ufrj.br/cpda).
- BRANDÃO. Carlos. Território com classes sociais, conflito, decisão e poder. In ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 39-62.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Documento Base: Por um Brasil rural com gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade. Brasília-DF, 2007b, 27 p. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br). Acesso em 10. 07. 2009
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema de Informação em Economia Solidária. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em 01.06.2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resultados do Edital Proext-MEC 2011. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 05.06.2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

17

CARLEIAL, Liana; PAULISTA, Adriane. Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social. Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2008, 22p. (digitalizado).

CHANIAL, Philippe & LAVILLE, Jean Louis. A economia social e solidária na França. In França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 39-55.

CORAGGIO, José Luis. Economia social, acción pública y política (Hay vida despues del neoliberalismo). Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad. CICCus, 2007.

CUNILL GRAU, Nuria. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília, DF: ENAP, 1998.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Digitalizado, 2003.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural, 2006.** Disponível em: <http://www.nead.gov.br>. Acesso em 10.12.2008.

FORÚM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**, Luziânia-GO, 2008.

FORÚM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório Final da 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária.** Disponível em [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br). Acesso em 20/04/2011.

GAIGER, Luis Inácio. As emancipações no presente e no futuro. In GAIGER, Luiz Inácio (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**; Porto Alegre: Editora da UFRGS/UNITRABALHO, 2004a, p. 371-414.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n<sup>o</sup> 69, 2009, p. 31-51.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim Mercado de Trabalho**. Brasília: IPEA, n. 39, p. 57-62, 2009. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em 15.06.2009.

O DILEMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Jornal Folha de São Paulo. 01/12/2004.

ORTEGA, Antonio César & MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In ORTEGA, Antonio César & ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007, p. 93-121.

SINGER, Paul. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Mercado de Trabalho**. Brasília: IPEA, n. 39, p. 43-48, 2009.

SOUZA, Armando Lirio de; BARBOSA, Maria José de Souza; REIS, Adebaro Alves dos. Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento. In BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha; VARANDA, Ana Paula de Moura (Orgs.). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. FASE; IPPUR-UFRJ: Rio de Janeiro, 1ª Edição, 2009, p. 260-287.

SOUZA, Armando Lirio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Controvérsias do desenvolvimento territorial: alguns aspectos da ruralidade na Amazônia brasileira. **Revista Conexões**, vol. 1, n.1, p. 91-116, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

18

VASCONCELOS, Teodulo Augusto Campelo de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 261-288.

VEIGA, José Eli da. Nova visão de desenvolvimento rural. *Jornal Valor Econômico*, 29/07/2003. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos>